

SERRA E MALAN VETARAM ABONO

Ministros defendem aumento do mínimo após reforço de caixa da Previdência

Os ministros do Planejamento, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan, convenceram o presidente Fernando Henrique Cardoso a desistir de estender até abril o abono de R\$ 15 para os trabalhadores que ganham salário-mínimo. Para reduzir o desgaste político do veto ao mínimo de R\$ 100, o presidente optou por reduzir em 25% o seu próprio salário e dos ministros. O ministro da Administração, Bresser Pereira, disse que o governo aceitará o reajuste do mínimo caso a reforma da Previdência seja aprovada pelo Congresso, mesmo que o mínimo esteja vinculado aos benefícios dos 11 milhões de aposentados e pensionistas.

A solução da equipe econômica para o aumento do mínimo prevê a aprovação de um conjunto de medidas para reforçar o caixa da Previdência. Ainda não há definição se as medidas serão apresentadas ainda este mês na forma de

projetos de lei ou de medidas provisórias. O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, não sabia, também, se os aposentados receberão o abono em fevereiro. "Essa decisão não foi tomada ainda", afirmou.

O ministro José Serra, contudo, foi enfático: "A Medida Provisória do abono já venceu e não foi renovada". A equipe econômica conseguiu derrubar na reunião de quinta-feira à noite o argumento de que o rombo de caixa da Previdência poderia ser compensado por um esforço de arrecadação. A simples desvinculação das aposentadorias e pensões do salário cria um problema político para o Planalto, pois, quando constituintes, Fernando Henrique, Serra e outros tucanos foram alguns dos responsáveis pela vinculação.

Bresser Pereira afirmou ontem que o presidente já decidiu aumentar o mínimo para R\$ 100 assim que as reformas forem apro-

vadas, independentemente de sua desvinculação dos benefícios aos aposentados e pensionistas. "Se o Congresso aprovar as medidas que serão propostas pelo governo ainda este mês para a reforma da Previdência, o presidente aumentará o mínimo", disse Bresser. O ministro declarou que essas medidas permitirão obter recursos da ordem de R\$ 5 bilhões.

O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, foi mais cauteloso ao tratar a questão. Embora tenha dito que não conhecia a decisão do presidente anunciada por Bresser, Stephanes admitiu que a solução poderá ser essa mesmo. "É provável que o presidente não dê uma indicação, de forma imediata, de que é preciso desvincular", afirmou. O ministro disse, no entanto, que "a longo prazo" isto terá de ocorrer. "Haverá um momento em que essa desvinculação será imediata", afirmou.